



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Desenvolvimento territorial e economia sociobiodiversa da juçara paulista

Territorial Development and Sociobiodiverse Economy of Juçara Palm in São Paulo

Monique Carmo; Bruno Puga;

¹UNIVAP/ monique@ymail.com

²UNIVAP, bppuga@gmail.com

GT 06 – Conflitos socioambientais: experiências práticas e narrativas de resistências resistênciasocioambientais

RESUMO

Este artigo analisa criticamente a relação entre território, políticas públicas e a economia da sociobiodiversidade nos territórios do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte, com foco na cadeia produtiva da palmeira juçara. Identificam-se lacunas técnicas e falta de coordenação territorial, que desafiam cooperativas e associações locais. Destaca-se a necessidade de fortalecer arranjos institucionais para disseminar conhecimento e promover integração respeitando as especificidades territoriais. Ao discutir a complexidade da sociobiodiversidade, o texto aponta desafios institucionais e estruturais para o desenvolvimento sustentável e sugere políticas públicas e governança territorial adaptadas às realidades locais. O desenvolvimento territorial orientado pela sociobiodiversidade visa proteger o meio ambiente e promover inclusão social e econômica, consolidando um modelo de desenvolvimento territorial multidimensional e sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Economia da sociobiodiversidade; Palmeira juçara; Políticas públicas; Desenvolvimento sustentável.



INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países mais megadiversos do planeta, abrigando biomas como Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, que concentram elevada diversidade biológica e fornecem importantes serviços ecossistêmicos (MMA, 2020). A intensa ocupação humana, especialmente a partir da urbanização e da industrialização, converteu grande parte desses ecossistemas em ambientes antropizados. No caso da Mata Atlântica, esse processo resultou não apenas em desmatamento, mas também em severa fragmentação florestal, dificultando os esforços de conservação (RIBEIRO et al., 2009). Esse bioma é reconhecido como um dos principais hotspots mundiais de biodiversidade, tendo perdido cerca de 72% de sua vegetação original e apresentando aproximadamente 65% de suas espécies ameaçadas de extinção (MYERS et al., 2000; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2023).

Nas últimas décadas, políticas públicas e iniciativas de diferentes setores vêm buscando conservar e recuperar áreas degradadas da Mata Atlântica, com foco em aumentar sua resiliência ecológica (BRASIL, 2006). A criação de unidades de conservação, como parques e reservas, é uma estratégia central, com destaque para ações voltadas à proteção de espécies ameaçadas, como o mico-leão-dourado e a palmeira juçara (IPE, 2022). No entanto, essas políticas muitas vezes desconsideram as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais dos contextos locais, o que compromete sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo (ACSELRAD, 2004; BRONDÍZIO et al., 2016).

Segundo o MMA (2017, p. 12), “a bioeconomia é uma estratégia que promove o uso sustentável da biodiversidade para gerar valor econômico e social”, que envolve o uso e conservação de recursos biológicos para gerar produtos com valor agregado, tem ganhado importância no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, atraindo interesse público e privado. Para destacar o papel de povos tradicionais e agricultores familiares, usa-se o conceito de economia da sociobiodiversidade, que enfatiza a relação entre diversidade biológica e sistemas socioculturais.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade define a sociobiodiversidade como a inter-relação entre diversidade biológica e sociocultural. Produtos da sociobiodiversidade são bens e serviços gerados a partir da biodiversidade, voltados para cadeias produtivas de povos e comunidades tradicionais, promovendo valorização de saberes,



direitos, renda e qualidade de vida (Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, 2009). A preservação e o repovoamento da palmeira juçara são ações fundamentais frente à crescente ameaça à espécie, nativa da Mata Atlântica e de grande importância ecológica. A exploração predatória voltada para a extração de palmito, frequentemente realizada com técnicas inadequadas, tem causado a redução significativa de suas populações naturais.. O Programa de Conservação da Palmeira Juçara foi criado pela Fundação Florestal, órgão responsável pela gestão e manejo das UCs do Estado de São Paulo, para repovoar áreas protegidas e implementar mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA), visando a conservação e repovoamento da espécie em áreas que sofreram com sua exploração desenfreada.

O artigo busca refletir sobre as relações entre desenvolvimento territorial e economia da sociobiodiversidade, ressaltando que essas dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais são condicionadas pelas especificidades locais. Para tanto, traz um conjunto de dados secundários dos diferentes territórios, buscando revelar as diferenças e semelhanças destes. A partir disso, defende-se uma abordagem integrada, com políticas públicas sensíveis às particularidades regionais, para promover o desenvolvimento sustentável que valorizem a sociobiodiversidade e supere desafios institucionais.

Territorialização de políticas públicas

O conceito de território é fundamental, representando o espaço onde forças locais e globais interagem. Favareto (2004) destaca que territórios são espaços ativos, onde dinâmicas sociais e econômicas se manifestam, e na política pública, o território molda a ação estatal. Logo, territorializar políticas requer sensibilidade às características locais, como distribuição de recursos e interesses sociais.

No Brasil, algumas regiões lograram se inserir no mercado global, especialmente produtoras de *commodities*, mas o processo de globalização não beneficiou igualmente todos os territórios. As dinâmicas locais, como acesso a recursos, infraestrutura e mercados, influenciam as desigualdades territoriais. Santos (2001) descreve tanto as relações horizontais (lugares próximos) como verticais (lugares distantes conectados globalmente), como constituintes de redes que mediam o desenvolvimento.



A interação entre Estado, território e políticas públicas é essencial para o desenvolvimento e conservação no Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte, onde a palmeira juçara é estratégica. Favareto e Lotta (2022) ressaltam que o território, antes visto apenas como espaço de ação estatal, é hoje entendido como uma construção social dinâmica, onde relações de poder e políticas moldam o espaço. Por sua vez, Harvey (2008) afirma que o território é campo de forças em constante transformação.

A territorialização das políticas para conservação da sociobiodiversidade exige ajustes que atendam às especificidades locais. O conceito de território tem sido progressivamente compreendido em sua diversidade e complexidade, principalmente nas políticas territoriais. Haesbaert (2004) afirma que territorializar envolve interação entre Estado, atores locais e forças globais, e políticas rígidas tendem a fracassar.

A primeira geração de políticas territoriais buscava integrar rural e urbano, ambiental e econômico, considerando territórios como unidades espaciais complexas. Nas últimas décadas, surgiram políticas mais sensíveis às especificidades locais, como o programa Territórios da Cidadania (BRASIL, MDA, 2009), que combinava ações sociais e produtivas em regiões vulneráveis. Na Amazônia, os Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável consideram os modos de vida locais e a conservação (ISA, 2020). Internacionalmente, a Política de Coesão da UE adotou a abordagem “place-based”, que valoriza as características específicas de cada território (BARCA, 2009).

Essas reflexões são essenciais para analisar a implementação de políticas no Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte, onde a palmeira juçara é vital para a sustentabilidade e desenvolvimento territorial, mostrando como adaptação territorial influencia conservação e desenvolvimento sustentável no Brasil. Ademais, deve-se considerar que a exploração sustentável desta espécie envolve comunidades tradicionais, cooperativas, gestores públicos, associações e manejadores, essenciais para o manejo sustentável e a integração da cadeia produtiva, mas que ainda possui alcance ainda limitado nas dinâmicas territoriais.

Características dos territórios do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte

A implementação eficaz de políticas públicas enfrenta desafios que exigem coordenação entre instrumentos de planejamento para territórios rurais e urbanos. Os arranjos produtivos nesses

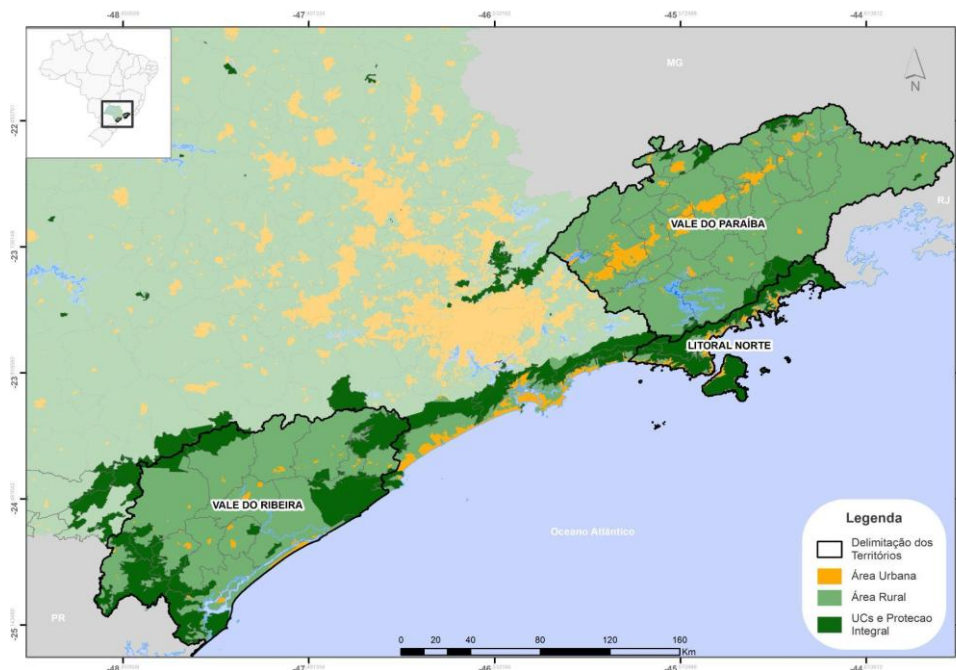


territórios concentram a exploração econômica da palmeira juçara, dentro do bioma Mata Atlântica, onde há significativa presença de Unidades de Conservação. Agricultores familiares e comunidades tradicionais promovem iniciativas públicas e privadas para manejo sustentável da juçara, adaptando-se a cada território.

A palmeira juçara (*Euterpe edulis*) é uma espécie emblemática do ponto de vista da conservação, uma vez que é crucial para o equilíbrio ecológico, alimentando e dispersando sementes por fauna como tucanos e antas, mas que tem sofrido ao longo das décadas por sua exploração para uso antrópico. Sua ocorrência foi drasticamente reduzida pela exploração predatória para extração de palmito sem manejo adequado, restringindo-a enormemente às Unidades de Conservação e reservas privadas. Décadas de exploração insustentável levaram à espécie a ser classificada como ameaçada de extinção.

No estado de São Paulo, os territórios do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte - territórios onde há a predominância da presença da espécie - têm características geográficas, socioeconômicas e ecológicas distintas, mas todos são estratégicos para preservação ambiental e desenvolvimento econômico ligados à economia da sociobiodiversidade da juçara. A Figura 1 demonstra estes três territórios, destacando-se as áreas de proteção ambiental.

Figura 1: Localização da área de estudo





Fonte: Diagnóstico Territorial do Projeto Co-ProJuçara, 2025.

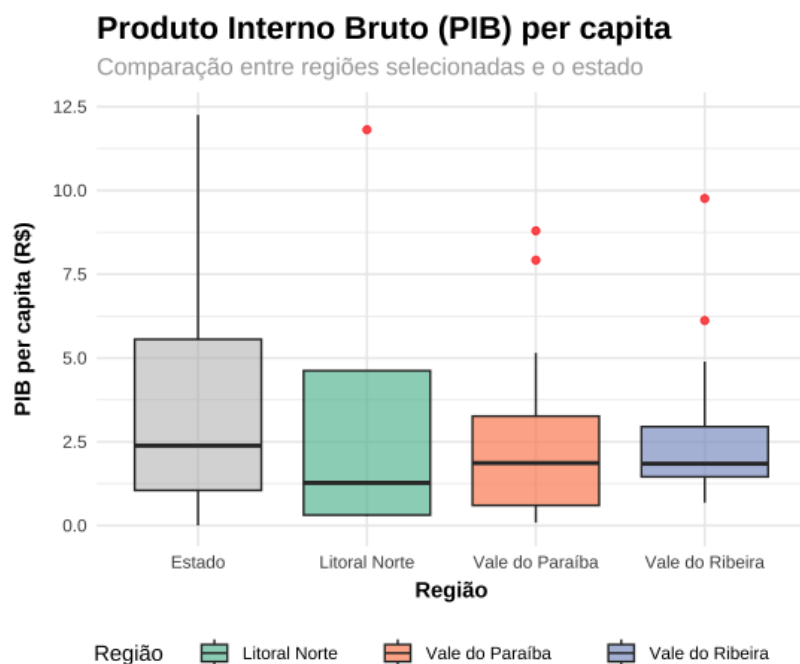
O Vale do Ribeira, ao sul de SP, é corredor ecológico e Reserva da Biosfera da UNESCO, com 336 mil habitantes em 22 municípios. Sua economia baseia-se em agricultura, pesca, extrativismo sustentável e turismo ecológico. Apesar da infraestrutura limitada, mantém biodiversidade significativa. O programa Pró-Juçara apoia repovoamento via compra de sementes e remuneração por serviços ambientais.

O Vale do Paraíba, entre SP e RJ, tem presença reduzida da juçara devido à urbanização e desenvolvimento econômico. Com 2,5 milhões de habitantes em 39 municípios, destaca-se nos setores aeroespacial e automotivo. Enfrenta pressão urbana e industrial, mas há esforços para conservar a juçara e fortalecer sua cadeia sustentável.

O Litoral Norte Paulista, com Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, é marcado pelo turismo, com 344 mil habitantes. A urbanização avançou sobre áreas naturais, causando moradias precárias e desastres ambientais. A juçara ocorre em áreas de difícil acesso, próximas a parques, o que ajuda na preservação, mas dificulta o monitoramento. A extração ilegal ainda é ameaça, enquanto manejo agroecológico e coleta sustentável de sementes surgem como alternativas para conservar e gerar renda local.

Em relação aos dados socioeconômicos (Gráfico 1), há algumas variações importantes. O PIB per capita do Litoral Norte (R\$36.623) é influenciado por royalties de petróleo, especialmente em Ilhabela. No Vale do Ribeira, o PIB per capita (R\$26.027) é cerca de 46% inferior à média estadual, enquanto no Vale do Paraíba (R\$22.513) é aproximadamente 53% menor, refletindo a heterogeneidade econômica da região.

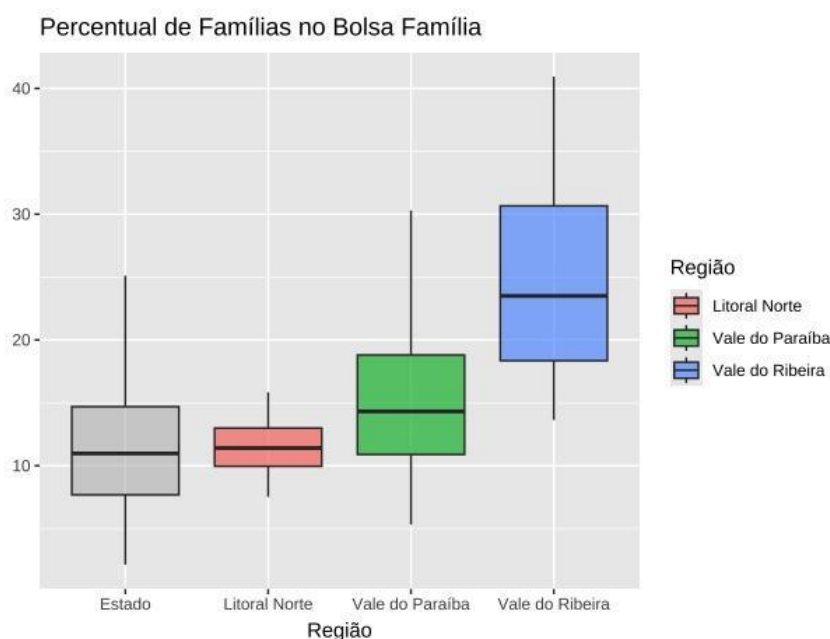
Figura 1: PIB per capita nos municípios das três regiões



Fonte: Diagnóstico Territorial do Projeto Co-ProJuçara, 2025.

O Gráfico 2 ilustra o percentual de famílias em situação de vulnerabilidade social, representadas pelo cadastro no Bolsa Família. O Vale do Ribeira é o território que apresenta a maior taxa de dependência de transferência de renda, com mais de 20% de famílias cadastradas, indicando maior dependência de políticas públicas de transferência de renda. O Vale do Paraíba mostra uma variabilidade moderada, enquanto o Litoral Norte apresenta a menor taxa de dependência.

Figura 2: Percentual de famílias cadastradas no Bolsa Família.



Fonte: Diagnóstico Territorial do Projeto Co-ProJuçara, 2025.

A distribuição da população nos três territórios, segundo os dados do Censo Demográfico de 2022, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Quadro 1), mostra que o Estado de São Paulo apresenta a maior taxa urbanização, o que corresponde à aproximadamente 96% da população vivendo em áreas urbanas, ou seja, 42,9 milhões de habitantes.

Quadro 1- Distribuição da população total, urbana e rural nos Territórios do Litoral Norte, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira.

Área de Estudo	Total	% População Urbana	% População Rural
Litoral Norte	344.383,00	97,00	3,00
Vale do Paraíba	2.161.340,00	94,70	5,30
Vale do Ribeira	369.943,00	71,30	28,70
Estado de SP	44.411.238,00	96,80	3,20

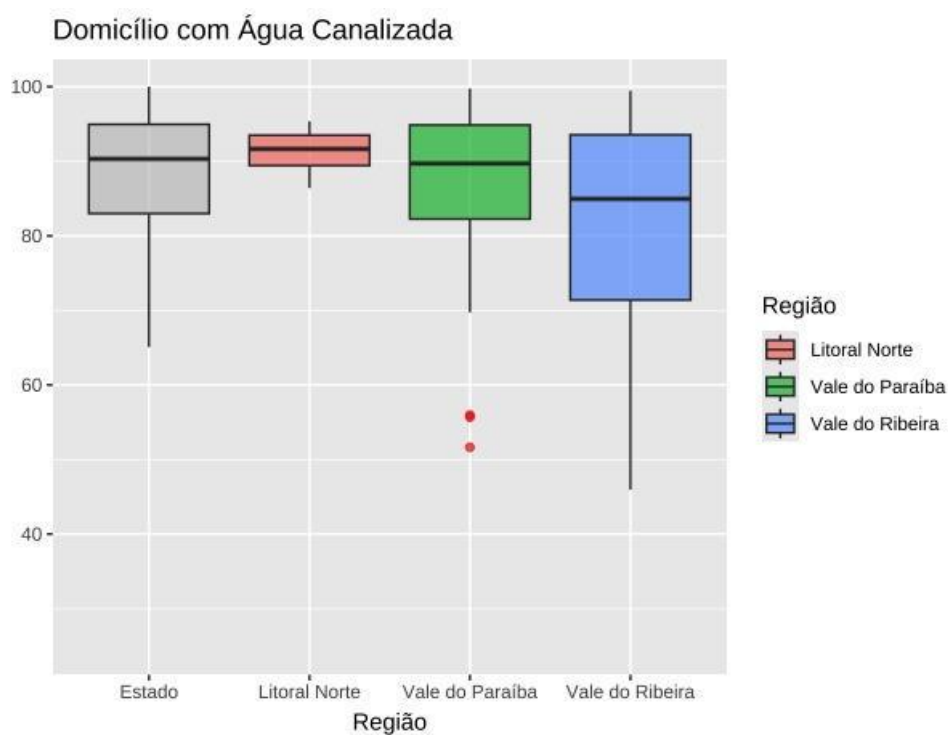


Fonte: Diagnóstico Territorial do Projeto Co-ProJuçara, 2025.

Dos três territórios que estão sendo estudados, o Litoral Norte é que apresenta a maior taxa de urbanização, 97%, considerando que a população está concentrada em áreas urbanas. Os núcleos urbanos estão localizados próximos ou em torno dos locais de comércio, serviços e atividades turísticas. O território do Vale do Paraíba, também apresenta uma alta taxa de urbanização, o que corresponde a 94%. A urbanização nesse território se dá pela presença de grandes centros urbanos, assim como polos tecnológicos e industriais, um exemplo é o município de São José dos Campos que possui áreas urbanas consolidadas e infraestrutura urbana. Já o território do Vale do Ribeira, apresenta um padrão de urbanização distinto dos demais, no qual 71% da população reside em áreas urbanas e 28% em áreas rurais.

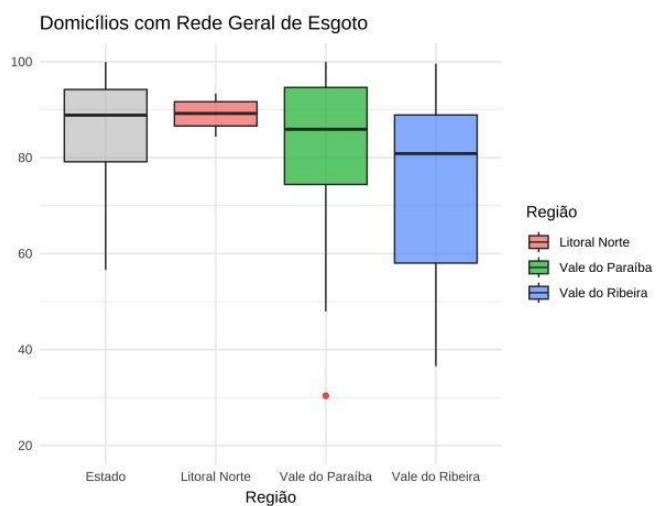
O acesso à infraestrutura em cada um dos territórios, apesar de parecer homogêneo, tem suas particularidades. Mais de 80% das moradias nesses territórios estão conectadas aos serviços de esgoto e abastecimento de água canalizada, o território que apresenta a menor taxa é o Vale do Ribeira (Gráfico 3 e 4).

Gráfico 3. Domicílios com Água Canalizada



Fonte: Diagnóstico Territorial do Projeto Co-ProJuçara, 2025.

Gráfico 4. Domicílios com Rede Geral de Esgoto



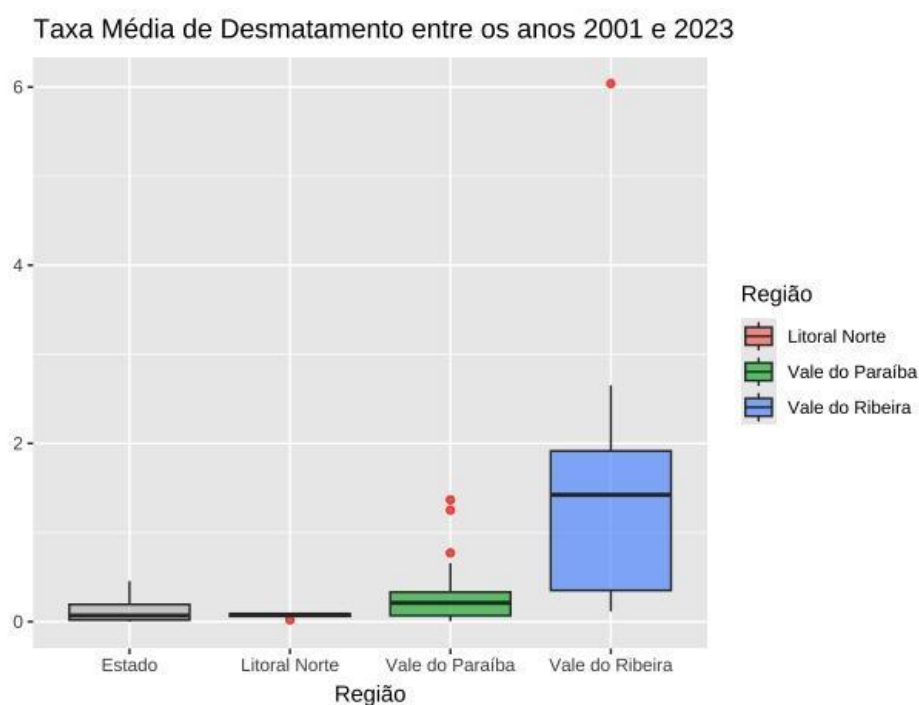
Fonte: Diagnóstico Territorial do Projeto Co-ProJuçara, 2025.



É importante dizer que se trata de indicadores de acesso aos serviços e que não necessariamente são garantias de que a água canalizada seja de boa para o consumo ou que o esgoto coletado esteja sendo tratado de forma adequada. 20% das moradias carecem do serviço de tratamento de esgoto e saneamento, essa realidade é ainda pior no Vale do Ribeira que apresenta menor percentual de moradias com acesso à coleta de lixo e os maiores percentuais de queima de resíduos.

Embora os três territórios compartilhem a Mata Atlântica como bioma e a juçara como espécie-chave, eles apresentam contextos distintos que influenciam as práticas de conservação, manejo e desenvolvimento sustentável. A dimensão ambiental nesses três territórios tem sido estudada considerando a taxa de desmatamento, a perda da vegetação nativa e os impactos que têm causado na sociobiodiversidade. A taxa média de desmatamento entre os anos de 2001 e 2023 (Gráfico 5), o Vale do Ribeira é o território que apresenta a maior taxa média de desmatamento anual (1,44%), sendo superior à média estadual, que é de 0,19% ao ano.

Gráfico 5. Taxa média de desmatamento entre os anos de 2001 e 2023.



Fonte: Diagnóstico Territorial do Projeto Co-ProJuçara, 2025.



O território se mostra vulnerável no que diz respeito à conservação de áreas naturais em outros tipos de uso do solo. O Vale do Paraíba apresenta uma média de desmatamento de 0,28% ao ano, nível inferior ao Vale do Ribeira, mas também acima da taxa média estadual. Já o Litoral Norte é o território que registrou a menor taxa de desmatamento, o que pode ser atribuído à presença de Unidades de Conservação e à predominância de um modelo econômico menos ligado geografia física do local, como áreas montanhosas de difícil acesso, o que limita atividades da agropecuária e as demais atividades antrópicas.

O Vale do Ribeira também é o território que apresenta maior conversão de áreas naturais para outros tipos de uso, uma média de 466,08 hectares e um valor máximo de 466,08 hectares. Os dados mostram que há extensas áreas preservadas, mas ao mesmo tempo outros vivenciam um processo intenso de conversão, possivelmente impulsionados por atividades ligadas à agropecuária.

Já no Vale do Paraíba esse valor varia entre 298,61 à 1.105,39 hectares convertidos ou destinados à outros tipos de uso do solo e que está associado ao processo de urbanização e industrialização, principalmente nos municípios que estão localizados ao longo da Rodovia Presidente Dutra. As taxas de conversão da vegetação para outros tipos de uso no Litoral Norte são relativamente menores se comparadas às do Vale do Ribeira e Litoral Norte.

É possível identificar desigualdades socioeconômicas persistentes nos três territórios e que demandam de políticas públicas que sejam sensíveis às especificidades de cada território. O Vale do Ribeira é um centro do extrativismo sustentável, com forte presença de comunidades tradicionais. O Vale do Paraíba, com sua forte urbanização e desenvolvimento industrial, enfrenta desafios na conciliação de crescimento econômico com preservação ambiental. O Litoral Norte Paulista, com áreas de difícil acesso, proporciona oportunidades de conservação mais eficazes, mas também enfrenta desafios de infraestrutura e monitoramento. Esses territórios, apesar de suas semelhanças ecológicas, moldam dinâmicas produtivas locais influenciadas por suas realidades socioeconômicas e geográficas. Essas diferenças refletem a necessidade de políticas públicas adaptadas a cada território, buscando a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável em todas as regiões.



REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, CAPACIDADES INSTITUCIONAIS E CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE SOCIOAMBIENTAL

A análise dos territórios do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte evidencia a necessidade de revisitar os fundamentos teóricos e empíricos que norteiam o debate sobre desenvolvimento e políticas públicas. Historicamente, muitos desses modelos, baseados na modernização econômica e na integração de mercados (PORTO-GONÇALVES, 2008; FAVARETO, 2004), negligenciaram as dinâmicas territoriais específicas, resultando em processos de exclusão social, degradação ambiental e aprofundamento das desigualdades regionais. O desenvolvimento capitalista tende a produzir diferenciações socioespaciais, sendo importante analisar os territórios como produtos históricos de relações sociais de poder.

Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer que a diversidade socioespacial e ecológica dos territórios não é um entrave ao desenvolvimento, mas sim uma estratégia para a construção de alternativas sustentáveis. Milton Santos (2000) enfatiza que o espaço geográfico, enquanto conjunto de sistemas de objetos e de ações, expressa a potencialidade criativa das sociedades locais. Porto-Gonçalves (2008) reforça essa perspectiva ao destacar que os saberes e práticas territoriais diversas representam fontes de inovação para o desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, segundo Ostrom (1990), os arranjos institucionais e territoriais construídos a partir da realidade local têm maior capacidade de assegurar a conservação dos bens comuns e a resiliência socioecológica.

O enfrentamento da tripla crise planetária — mudanças climáticas, perda da biodiversidade e poluição — requer o fortalecimento das capacidades institucionais em múltiplas frentes. Segundo Ostrom (1990), a gestão de recursos comuns depende de instituições que articulem normas flexíveis, participação e monitoramento adaptativo. Governança ambiental eficaz incorpora resiliência, aprendizagem e gestão em diversas escalas, exigindo superação da rigidez burocrática para responder à complexidade dos sistemas socioecológicos territoriais.

Experiências práticas e abordagens inovadoras podem apoiar essa transformação. Políticas de territorialização, conforme Favareto e Lotta (2022), mostram que adaptar políticas públicas às dinâmicas locais é crucial para sua efetividade. Exemplos incluem Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) adaptados ao contexto territorial, metodologias participativas de



planejamento e fortalecimento de arranjos cooperativos para gestão dos recursos naturais. Indicadores territoriais que reflitam dimensões sociais, ecológicas e econômicas locais são essenciais para guiar políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Diante da complexidade dos desafios, a articulação entre saberes locais, ciência e políticas públicas é estratégica para promover um desenvolvimento territorial sustentável, inclusivo e resiliente. A diversidade territorial e cultural deve ser vista como oportunidade para alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, abrindo espaço para novos paradigmas de convivência entre sociedade e natureza.

Considerações finais

No Brasil, políticas regionais frequentemente geram fragmentação no desenvolvimento, destacando a necessidade de abordagens que considerem as particularidades territoriais. Nos territórios do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte, as relações entre atores rurais e urbanos são fundamentais para caracterização desses espaços. As cadeias produtivas da palmeira juçara ilustram como esses arranjos variam entre regiões.

A implementação de políticas públicas nesses territórios deve reconhecer o território como categoria integrada, onde dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais se entrelaçam. A produção de juçara evidencia como fatores locais moldam processos econômicos e sociais, reforçando a necessidade de políticas que atendam às especificidades regionais.

Para garantir que o desenvolvimento da sociobiodiversidade seja tanto sustentável quanto inclusivo, é crucial adotar uma abordagem territorial que vá além da aplicação de políticas setoriais. É necessário reconhecer o papel ativo dos territórios na adaptação e reinvenção dessas políticas, alinhando-as com a economia da sociobiodiversidade. Tal abordagem deve integrar a valorização da riqueza natural e cultural de cada território, aliando-a a modelos de governança descentralizada e arranjos institucionais inclusivos, incentivando o uso sustentável dos recursos, a comercialização responsável e a criação de oportunidades econômicas diversificadas.

A economia da sociobiodiversidade, quando alinhada a políticas de desenvolvimento territorial, pode transformar as particularidades locais em alavancas para um crescimento sustentável. Isso exige uma coordenação eficaz entre as políticas públicas, a superação de barreiras estruturais



como a infraestrutura insuficiente, e o fortalecimento da capacidade dos territórios para interagir com fatores locais e regionais, como mercados e redes produtivas. Assim, o desenvolvimento territorial orientado pela sociobiodiversidade não só contribui para a proteção ambiental, mas pode impulsionar a inclusão social e econômica, consolidando trajetórias de desenvolvimento que respeitem e integrem as múltiplas dimensões dos territórios brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BARCA, Fabrizio. An agenda for a reformed cohesion policy: a place-based approach to meeting European Union challenges and expectations. Brussels: European Commission, 2009.
- BENNETT, Nathan J. et al. Conservation social science: Understanding and integrating human dimensions to improve conservation. *Biological Conservation*, v. 205, p. 93-108, 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: balanço e perspectivas. Brasília: MDA, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009. Institui o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 jul. 2009.
- BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2006.
- BRONDÍZIO, E. S. et al. Re-conceptualizing the Anthropocene: A call for collaboration. *Global Environmental Change*, v. 39, p. 318–327, 2016.
- DE LIMA, Renato AF et al. Comprehensive conservation assessments reveal high extinction risks across Atlantic Forest trees. *Science*, v. 383, n. 6679, p. 219-225, 2024.
- FAVARETO, A.; LOTTA, G. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios – para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. 1, p. 1-29, 2022.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. Atlas da Mata Atlântica – Relatório 2023. Disponível em: <https://www.sosma.org.br>. Acesso em: 07 jul. 2025.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável: uma proposta para o fortalecimento dos povos da Amazônia. São Paulo: ISA, 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 07 jul. 2025.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Oportunidades e desafios da bioeconomia: proposta de modelo de governança para a bioeconomia brasileira. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desenvolvimento territorial no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

RIBEIRO, M. C. et al. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? *Biological Conservation*, v. 142, p. 1141–1153, 2009.